

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
BIBLIOTÉCA

Cabo Verde

• BOLETIM DE PROPAGANDA E INFORMAÇÃO •



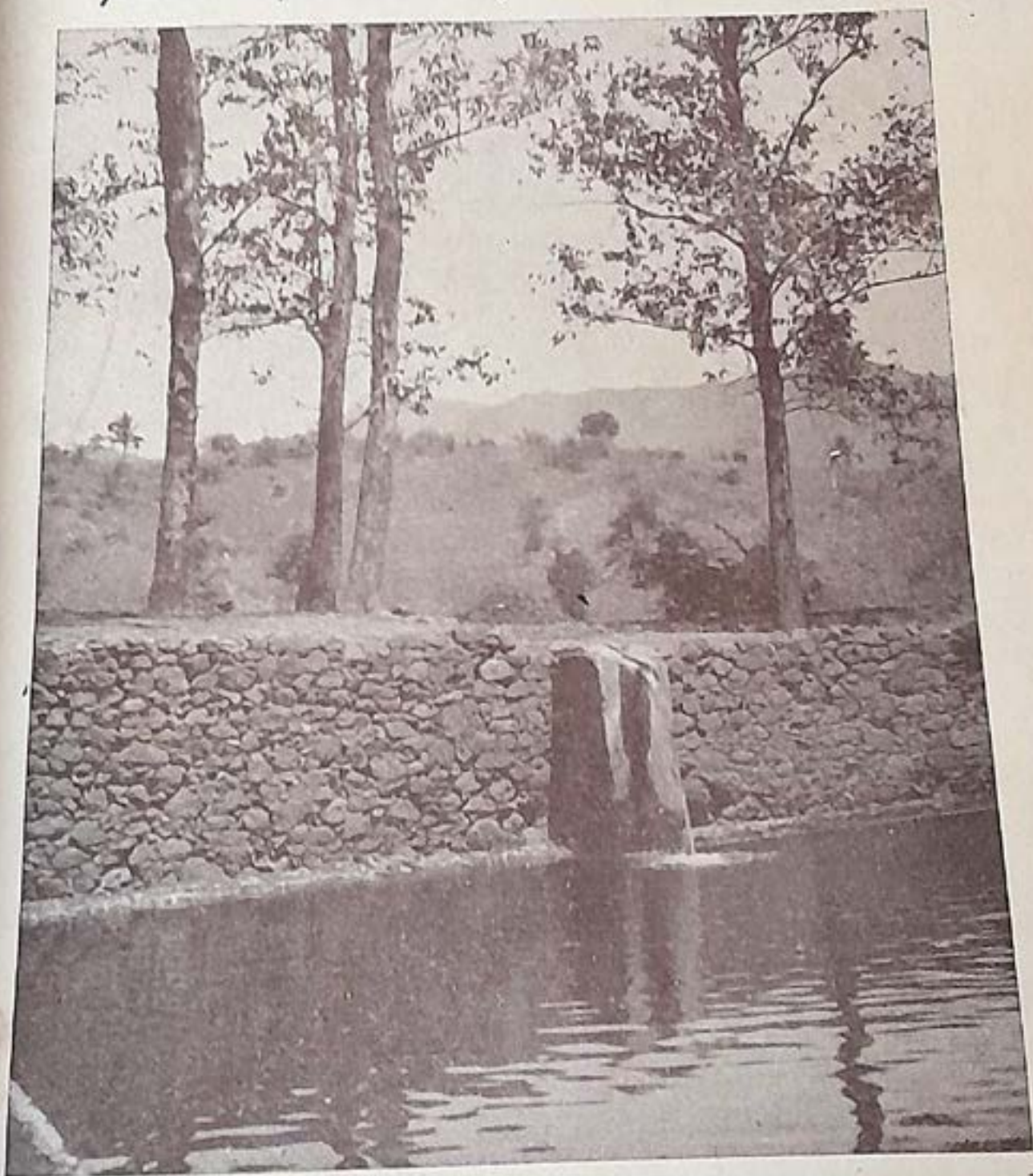
NÚMERO AVULSO 4800

Praia, 1 de Dezembro de 1964

ANO V

N.º 63

publicação da imprensa nacional



Santiago — Tanque no Posto Agro-Florestal de S. Jorge

Aspectos económico-sociais de Cabo Verde⁽¹⁾

(Nótulas à margem)

TRABALHAR-EXPORTAR

por MANUEL RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente da Associação Comercial de Barlavento

«Les empires n'ont point de jours ni d'années critiques; leur fortune ne dépend pas de l'influence des corps célestes; ils n'ont d'autre génie et ne connaissent d'autre destin que la bonne et mauvaise administration».

(Discours Politiques d'Omer Talon 39^e disc. t. i. p. 336, édit. de 1821).

Trabalhar-exportar, — eis o «slogan» que, em Cabo Verde, deve correr de boca em boca, fixar-se na inteligência das pessoas conscientes e responsáveis e dominar a acção de todos quantos temos de extrair os meios de subsistência do ar que nos vivifica, do solo que nos ampara e do mar que nos rodeia.

Trabalhar é mobilizar a alavanca da produção e exportar é a valorização dos nossos produtos, é a conquista dos meios pecuniários bem como as divisas necessárias à obtenção das mercadorias e artefactos indispensáveis à nossa manutenção e economia.

O Trabalho, para que dele se possam extrair resultados compensadores, pressupõe método e disciplina orientando-o e convergindo-o no único sentido consentâneo com as nossas possibilidades e estas, em nossa humilde opinião e se queremos ser realistas, concentram-se na terra e no mar, isto é na agricultura e na pesca.

E estaremos apetrechados mesmo com os meios mais comeseiros para que dos mesteres de lavrador e de pescador nos advenham proveitos que satisfaçam as nossas necessidades presentes e nos garantam um futuro passado isento de temores e preocupações?

Se nos quisermos servir da linguagem da verdade, sem reboço teremos que responder negativamente à interrogação formulada, pois efectivamente não se poderá acoirar de pessimista a afirmação de que

os processos geralmente usados em Cabo Verde num e noutra mesteres são ainda um tanto ou quanto cafreais. É evidente que não pretendemos dar ao vocábulo um significado pejorativo, mas simplesmente destacar que aqueles processos de que not estamos servindo em plena era atómica, são mais que obsoletos — primitivos.

Seguindo a lógica do pensamento que nos guia ao rabiscar estas linhas, começaremos por alvitrar, para início de uma nova era de trabalhos que nos poderá propiciar a conquista menos árdua do pão quotidiano, a criação de escolas de aprendizagem agrícola e de zootecnia e de pesca, escolas técnicas e profissionais que nos são tão absolutamente indispensáveis como para a boca o pão.

Sem ter em linha de conta que a técnica supera o «amadorismo», o que só os cegos não vêm, não daremos um passo em frente e sujeitar-nos-emos a olhar embasbacados para dois ou três pretenciosos artífices que, num dia de esplêndida exuberância, ousaram proclamar-se «especialistas em tudo» e exará-lo na sua publicidade, enquanto o tempo vai correndo vertiginosamente em pura perda para os nossos interesses.

Precisamos libertar os nossos olhos das lunetas da utopia e da fantasia que lhes vendam o campo visual, para que a luz da realidade possa clarear a senda a trilhar se queremos encaminhar passos seguros para atingir o tal almejado progresso por que todos nós suspiramos.

Sacrifícios que se nos imponham para que as escolas de aprendizagem, técnicas e profissionais atrás preconizadas se con-

Nota (1): — O terceiro período do nosso artigo anterior (Vidé Cabo Verde no 61, a pag. 21) saiu estroplado. Onde vem «que é a nossa vida» — deverá ler-se: «que é a moessa da vida».

vertam em realidade seriam abençoados, porque cedo começaríamos a vê-los desabrochar em frutos excelentes.

Liceu para fabricar funelonnários em ritmo maior do que permite a nossa orgânica e engrossar a fileira dos deslocados e descontentes, temos que basta. Uma escola normal, por economia anexa ao liceu e sem gravame para o orçamento deste, de acordo.

Estamos certos de que esta prestaria relevantes serviços à medida que as nossas possibilidades financeiras nos fossem permitindo a difusão de escolas e postos de ensino por todos os lugarejos da provincia e à formação de professores primários que se dispusessem a franquear outros horizontes, nomeadamente aqueles que lhes pusessem à vista terras da Guiné, Angola e Moçambique, cujos quadros burocráticos tem vindo, providencialmente, amparando não poucos graduados do nosso liceu.

Não se julgue que somos contrário ou hostil ao liceu, cuja necessidade e utilidade reconhecemos. *Honni soit qui mal y pense*. Fazemos parte de um reduzido número de carolas, quase todos felizmente vivos, a cujos reiterados esforços, luta persistente e organizada, se deveu o restabelecimento daquele estabelecimento de ensino pouco tempo após a sua extinção em 1939.

Simplesmente nos parece que para a nossa população e para as nossas necessidades de desenvolvimento intelectual e recursos, temos um liceu que basta. 600.000 habitantes tem a Índia Portuguesa (o quádruplo da nossa população) e no entanto só tem um liceu; maior número de habitantes e maiores os seus recursos — a Madeira e também só tem um liceu, isto sem falar em muitos distritos da Metrópole, se não todos.

Que nos perdõem pessoas que muito prezamos e espiritos aliás esclarecidos, com cuja opinião estamos em desacordo. *Amicus Plato sed magis amica veritas*. As lacunas derivadas da nossa dispersão insular sejam supridas pela iniciativa particular criando colégios como os que pululam aqui no continente.

Há muito tempo que, na provincia, não se consegue já não diremos um guarda-livros, mas um simples empregado de escritório ou dactilógrafo com o *quantum san-*

tis da indispensável preparação: não há carpinteiros, marceneiros, alfaiates, tipógrafos, fundidores, serralheiros, mecânicos, motoristas, ferreiros, pintores, estucadores etc.

Ora a verdade é que se nós tivéssemos escolas para a formação profissional de todas estas classes, só teríamos a lucrar, primeiro porque ficavam asseguradas as necessidades locais em mão de obra eficiente e segundo porque aquela que teremos sempre de «exportar», iria em condições económicas e sociais diferentes, para melhor, das que revestem os pobres servos da gleba que têm estado a regar com o suor dos seu corpo ricas terras do ultramar português, que estão lutando com premente carência de mão de obra.

Neste capítulo de instrução, mesmo a técnica que aqui se preconiza, se se oferecer oportunidade para pôr o projecto em acção, em nosso parecer, dever-se-á encarar a sua fusão no menor número possível de estabelecimentos, pois não devemos perder de vista que nos deveremos ater, rigorosamente, à máxima economia sem prejuizo para a eficiência que se procura alcançar. Esta nossa insularidade . . .

Volvamos, pois, para a terra e para o mar as nossas vistas e a nossa legítima ambição, pois mesmo nas actuais precárias condições, é deles que nos advêm os recursos que nos alimentam, bem modestos ainda mas susceptíveis de melhoria.

Para o campo industrial seria excessiva pretensão nossa fixar a atenção pois a nossa capacidade, sob tal aspecto, afigura-se-nos lamentavelmente restrita oferecendo-nos, por enquanto, uma perspectiva bem modesta em proporção do potencial de vóo que tem aquela que se relaciona com a economia do mar. Com efeito, as conservas de peixe, praticamente na sua fase inicial, e outros produtos que com elas se irmanam, vão apresentando facetas encorajadoras que seria interessante acarinhar e estimular.

São produtos essencialmente destinados ao mercado exterior e cuja exportação se traduz em resultados benéficos para a nossa balança comercial. Além da mão de obra que ocupam.

Afa
ainda
primar
«meca
o me
culo
ão
prod
De
obra
no d
lbe
P
tand
gran
nad
tissi
um
do
ten
im
taj
in
sa
te
bt

Afastando-nos deste terreno não temos ainda à vista, que se saiba, matérias primas, nem combustíveis, nem energia «mecanizável» para a sua transformação e o mercado interno, demasiado pobre pelo nulo poder aquisitivo dos seus habitantes, não tem capacidade para a absorção dos produtos que se fabricassem.

De grande poder de absorção de mão de obra local virá a ser a auspiciosa *pozolana* no dia, já não muito distante, em que se lhe imprimir a necessária actividade.

Pequenos núcleos industriais, comportando um número ínfimo de operários e sem grandes ambições de medrar, antes destinados ao estiolamento num meio de restritíssimo poder de compra, representariam um valor pouco digno de nota na resolução do gravíssimo problema demográfico que temos a enfrentar.

Que fazer, pois? Certamente não vamos imitar o macaco da lenda fechando os olhos, tapando os ouvidos e deixando-nos afundar ingloriamente no pélagos profundo das nossas dificuldades. É destas, reagindo, que temos de extrair os motivos da nossa sobrevivência.

Dediquemo-nos deliberadamente, de alma e coração, à agricultura. Com a ajuda dos técnicos e dos práticos que a escola nos irá pondo à disposição, melhoraremos os métodos de cultura; com a ajuda do nosso gado procuraremos recuperar o terreno húmfero que a erosão em anos seguidos nos vai disputando para aumentar os depósitos sedimentares dos mares; construiremos açudes para o aproveitamento de uma parte ínfima das águas pluviosas que correm vertiginosamente para o mar; aproveitaremos a abundância do mesmo precioso líquido que o nosso sub-solo nos reserva; organizaremos inteligente e metódicamente um serviço modelar de regas; para humedecer os nossos campos e achadas e engrassar os nossos caudais superficiais e subterrâneos, empalmaremos à atmosfera, servindo-nos de moderníssima técnica, as nuvens preches de água que fenómenos atmosféricos adversos fazem precipitar na imensidade insaciável da hidrosfera.

Multiplicaremos até ao limite máximo das nossas conveniências a plantação do nosso famoso café, a purgueira e o ricino; introduziremos na nossa flora o maravilhoso ba-

baçu que é uma das riquezas do imenso Brasil; aumentaremos as nossas plantações da auspiciosa bananeira e do ananás que não-de ainda constituir-se em fulcro das nossas futuras exportações; constituiremos vastos palmares de coqueiros e tamareiras; cuidaremos do sisal e da fourcroya; ensaiaremos o trigo e a cevada e não nos deixaremos de entreter com o cultivo das hortas, meloeiros, melancias, morangos e vinhas, cujos produtos poderão ter rendoso escoadouro nas colónias vizinhas do continente africano. Tudo isto sem falar, é claro, nas gramíneas e leguminosas abençoadas que têm de continuar a constituir a base da nossa alimentação e da engorda do gado que destinaremos ao abate.

Como parte integrante da nossa economia agrária, pelo que representa de riqueza intrínseca e de precioso método natural de fertilizar o solo, cuidaremos carinhosamente dos nossos rebanhos de gado vacum, caprino, ovelhum, suino, asinino e cavalari e incrementaremos a avicultura e a criação de outros animais de capoeira, para o que dispomos de excelentes condições.

Meio favorável para a criação de gado que ali prolifera como micróbios em caldo de cultura, principalmente nas ilhas de Boavista e Maio, desde que se proceda à prudente transumância nas épocas próprias, com o fim de evitar prejuízos à agricultura, a pecuária poderá vir a desempenhar um papel preponderante na valorização do nosso potencial de recursos económicos. Da pecuária — *pecus, oris* — vem *pecunia*. Portanto a riqueza...

A carne e o leite que nos propicia, satisfazendo as necessidades domésticas, também podem e devem constituir elementos seguros para basear uma indústria de lactícnios, quanto mais não seja para o abastecimento do mercado interno; uma indústria de salsicharia que teria o direito de aspirar a vãos para longe do território insular; peles, lãs e couro — três produtos valiosos que a exportação absorve, e, finalmente os equídeos e asininos, preciosos auxiliares humanos no transporte de pessoas e coisas através dos acidentados territórios insulares e igualmente valiosos produtos de exportação.

Não estamos a sonhar alto, nem dando azo a que se possa trazer à baila ou aplicar-nos o conceito da fábula da leiteira e

do cântaro de leite de La Fontaine. A verdade, porém, é que a planificação económica de certa envergadura como a que aqui se preconiza, subentende-se condicionada a um prévio e sério estudo dos problemas postos em equação, fazendo ainda preceder a sua solução de profunda meditação e da máxima sensatez.

Os meios financeiros indispensáveis seriam procurados, não por sobre os joelhos como soi ser regra de trabalho nesta nossa impagável parvónia, mas à luz de um critério meticuloso, depois de inquéritos feitos *in loco*, o que se conseguiria mobilizando, com a ajuda de um punhado de funcionários sabedores que presentemente trabalham nos serviços fazendários, entidades oficiais e particulares de reconhecida idoneidade e mérito. A essa comissão se cometeria o encargo do estudo de uma reforma tributária adaptável às nossas prementes necessidades, sem perder de vista os nossos poucos réditos.

Uma tal comissão teria sempre presente que ainda se não produziram fenómenos económicos favoráveis que justifiquem que se aguce o apetite na antevisão de um aumento de receitas; que a elaboração de um orçamento exige, a par de conhecimentos legais que regem a organização de tão importante instrumento, o conhecimento profundo da vida e condições económicas locais. A todo o trabalho financeiro que não se oriente por estas normas, faltar-lhe-ão as bases para ser considerado um labor consciante e honesto.

Henry Laufenburger, catedrático de Finanças na Faculdade de Direito de Paris, ensina:

«O rendimento nacional e a fortuna nacional determinam os limites que o imposto não deverá transpôr sem prejuízo grave para o equilíbrio económico e social».

(Do *Revenu, Capital et Impôt* pag. 3).

Há que pôr de remissa cândidas asserções, senão tendenciosas, feitas com o desígnio de conduzir ao convencimento de que o poder contributivo da província é ainda uma fonte inexgotável, quase um mito. Elas reflectem, sem dúvida, as consequências de um conhecimento inexacto das possibilidades ou de um exame superficial de todos os factores que constituem a conjuntura.

Afigura-se de todo impraticável qualquer intento de deformar *verbalmente* aqueles factores, pois em verdade não se trata de especulações metafísicas ou de rendilhar flores de retórica, mas de factos materiais, concretos, objectivos e humanos que se apresentam bem claros e se podem iluminar ainda mais por meio de exames e inquéritos.

A não ser que seja propósito enveredar pelas vias escabrosas e temerárias de uma tributação expoliadora, engendrada *à la diable*, em cujo caso seria inútil toda a argumentação.

«A política económica, o sistema fiscal e as finanças têm no rendimento nacional um dos principais instrumentos de trabalho. Não se dá um passo sem saber o que é a fortuna nacional e o rendimento nacional».

(Do Prof. Dr. Augusto de Oliveira in *Plano de Fomento*. (Ministro das Finanças).

Quem foi até hoje que, entre nós, terin levado a efeito esse estudo básico — «a fortuna nacional» e «o rendimento nacional»?

Vendo, porém, as coisas pelo ângulo de nobreza e de elevação que timbram o pensamento e a actuação de pessoas bem formadas, temos que admitir, lealmente, que nem do lado de entidade financeira e fiscal, nem do sector de «élite» que deve representar a massa contributiva, pode haver o intuito de camuflar a situação, aquela para exigir mais e esta para fugir às suas responsabilidades.

Em boa verdade é de todos nós interesse que a nau, navegando embora num mar proceloso e através de escolhos traiçoeiros, chegue a porto de salvamento com a sua aparelhagem intacta.

Revejamo-nos no seguinte comentário que vem no Boletim financeiro do Banco Nacional Ultramarino, referente a Março do corrente ano:

«Estes números, confrangedoramente pequenos, revelam melhor do que quaisquer outros comentários a pobreza das ilhas de C. Verde. Escassos milhares de contos, quando não dígitas centenas de contos, para expressar as importações para consumo de uma província que pouco produz além dos géneros básicos de alimentação das suas gentes!»

Isto não nos presta melhor serviço e mais honesto do que pretender elroundar de uma auréola cor de rosa os factos que põem a nu, sem rodeios, a penúria dos nossos haveres?

Temos à nossa frente uma província cuja economia vem sendo devastada desde longa data por várias circunstâncias adversas; a morte do carvão como combustível necessário à propulsão dos navios de longo curso que demandavam o Porto Grande, lançou na miséria o grosso da população do Mindelo e criou ali uma legião de indigentes; anos maus, agricolamento falando, prolongando-se com altos e baixos, mais baixos do que altos, de 1940 a 1953 sangraram a economia da província desfalecendo-a de mais de 200 mil contos, empregues só na aquisição dos géneros alimentícios mais indispensáveis, sem contar com farinhas de trigo, açúcares, etc.— fabulosa quantia que não temos probabilidade de recuperar.

Que novas riquezas apareceram para ir sanando aos poucos este baque tremendo? Mesmo servindo-nos de um óculo de grande alcance, não conseguimos enxergá-las.

Os nossos rendimentos cifram-se nas receitas, contingentes, que vão pingando dos úberes do Porto Grande e dos cabos submarinos que ali amarram, na nossa mesquinha exportação, nas moderadas remessas dos nossos emigrantes e pouco mais.

Aqueles que fluem dos impostos directos e indirectos caminham num movimento pendular das mãos da massa dos contribuintes para as do Estado e vice-versa. Como é lógico, porém, de cada vez que o pêndulo oscila das mãos deste para as daquela, vem animado de um impulso progressivamente mais débil, graças aos desgastes que sofre pelo caminho.

As nossas dividas são avultadas e perante elas quase que nos colocamos na posição de insolvência.

Já vai sendo tempo de se considerar a hipótese de uma orgânica administrativa adequada às nossas peculiares condições e recursos, pois não podemos viver eternamente num beco sem saída, manietados por uma aparelhagem de administração superior às nossas finanças.

Ha cêrca de um ano, um funcionário superior com responsabilidades na administração provincial — o Intendente Mendes

Serra, digno director da Civil, asseverou em pleno Conselho do Governo que se podia fazer todo o serviço público com uma apreciável economia. Não mandará a prudência que se procure enveredar por esse caminho?

Está hoje à testa da administração de Cabo Verde um homem bem dotado: inteligente e ponderado, trabalhador e competente. Sobretudo aparece nimbado de uma característica apreciável num administrador de povos: ama a terra e o povo postos sob a sua égide.

Temos, pois, razões para confiar em que o Senhor Dr. Marques de Amaral não deixará nunca de pôr em acção o seu judicioso sistema de tamis a todos os assuntos postos à sua consideração ou que hajam de ser apresentados às superiores instâncias da governação.

Nunca fomos turiferário de governadores e não nos falece, pois, autoridade para aqui deixar exaradas estas simples palavras de justiça à superior autoridade da província.

Aos respeitáveis próceres que constituem o Conselho do Governo ousamos dirigir um apelo, pedindo-lhes que estudem sempre até à exaustão os diplomas postos à sua apreciação e os discutam com interesse e elevação, não devendo esquecer que ficará a pesar eternamente sobre a sua consciência o sucesso ou insucesso das disposições legais que votarem.

Uma terra tão carecida de meios, não deve permitir-se o luxo de desperdiçar energias ou malbaratar dinheiros ou ainda destruir as poucas fontes de receitas que nos restam.

Que nos desculpem a intromissão, mas vivemos intensa e vibrantemente os problemas deste arquipélago, sentimo-nos torturado no amágo do nosso ser pelas suas desventuras, não nos sofrendo o animo que tais problemas sejam postergados, tratados injustamente ou sem aquela dose de meticulosidade que a probidade impõe.

Já que temos a ousadia de escrever para o público ler, não desejamos que o silêncio envolva tudo quanto for perpetrado com o nosso desacordo ou nos amarre a cumplidades que engeitamos.

Não criticamos pessoas, alvejamos ideias ou actos em marcha.

Muito mais cômoda é, sem dúvida, a posição do «amorfismo»: ouvir, ver e calar, estar sempre de acordo com Deus e com César, adular os grandes, repelir os miúdos, levar, em suma, vida tranquila e regalada à moda suína.

Quem não pensar assim e não seguir tão sinuosa via, sugoita-se a represálias e «guet-apens», uns e outros gerados nas alfurjas da escuridão ou à meia luz do «confidencialismo». Deixá-lo.

«Aquele que anda sinceramente, e obra
«a justiça, e fala a verdade do seu
«coração.

«Aquele que não murmura com a sua
«língua, nem faz mal ao seu próximo.
«Aquele que jura com dano seu e con-
«tudo não muda.

«Aquele que não dá o seu dinheiro à
«usura, nem recebe peitas contra o
«inocente: quem faz isto nunca será
«abalado».

(Dos Salmos de David)

Sentimo-nos, pois, bafejado pela aura divina.

Retomando o fio perdido em divagações sempre gratas para fugir à monotonia da nossa prosa, afigura-se-nos ter aqui cabimento, num pequeno capítulo, referências mais amplas sobre o prognóstico ousado que atrás fazemos no sentido de disputar às nuvens que se formam no nosso espaço atmosférico o elemento aquífero que avaramente arrecadam nos seus úberes, para o despejar na vastidão dos mares ou sobre terras menos sequiosas do que as nossas. Pois havemos de as ordenhar em benefício da produtividade dos nossos campos.

Como?

Um distinto cientista caboverdiano, licenciado em matemática e ciências geofísicas e metereologista do S. M. N. — Dr. Humberto Duarte Fonseca, no desejo ardente de concorrer com a sua inteligência e denodado esforço não só para minorar a sorte das gentes caboverdianas como criar-lhes condições de vida isentas de misérias, estudou a fundo o assunto.

O trabalho que apresentou é de tal envergadura que foi premiado, em concurso, pela Junta das Missões Científicas e de Investigações do Ultramar, tendo-lhe sido concedida uma bolsa de estudo em Paris, onde permaneceu durante três meses.

Os nossos males gravitam em torno do problema crucial das chuvas: se este puder ser resolvido a contento, será o «abre-te Sésamo» das nossas futuras prosperidades.

O sistema a pôr-se em acção para extrair os mais favoráveis resultados em prol do que mais ardentemente ambiciona o povo insular — chover — não comporta despesas que não possam ser encaradas, sem grandes preocupações, pelos nossos meios financeiros. Mas que o fosse merecia todos os sacrificios. Parece, contudo, que com os meios de que dispomos, isto é com elementos materiais que se podem colher in loco, poderemos conseguir os almejados resultados.

Conhecemos as linhas gerais do trabalho mas não estamos autorizado a divulgá-las; também não temos recomendação do autor para as conservar em sigilo, diga-se de passagem. Está no prelo o trabalho e a Junta atrás referida dá-lo-á a lume oportunamente.

O que interessa sobremaneira é pôr em prática os métodos preconizados e estamos convictos de que o dr. Humberto Fonseca, patrioticamente, se colocará à disposição das nossas autoridades para o fim em vista. Simplesmente, como funcionário que é do Estado, não tem a independência de acção necessária. Será preciso requisitá-lo aos respectivos quadros.

Porque não aproveitar tão relevantes serviços?

Com redobrado interesse nos permitimos de recomendar o momentoso assunto ao Senhor Governador de C. Verde.

Forças há ainda por vezes desfavoráveis mas que podemos subjugar e acomodar integralmente em benefício das nossas conveniências.

O alísio sopra em toda a roda do ano, com pequenas soluções de continuidade, impelindo os veleiros que mantêm as comunicações interinsulares e ajudando o trabalho das marinhas. No Mindelo produz-se quase sempre com uma fúria que incomoda e irrita, desempenhando, entre-

tanto, ao
muitos i
do Julho
precioso

Estas
adversa
vezes,
e pela
planta
ná-las
mia co

Só
de de
que o
nha a
de an
capta
tos m

Na
centr
quel
Unic
o ap
aum
serv

F
vel
fan
e
pa
to
nu

e
n

tanto, acção profiláctica mais valiosa que muitos imaginam, além de mover os aeromotores que alimentam as hortas da Ribeira do Julião e os quintais da cidade com o precioso líquido que é a fonte da vida.

Estas forças são-nos ao mesmo tempo adversas pelo incómodo que causam por vezes, pelos temporais que desencadeiam e pela secura que produzem sobre as nossas plantações. Nós, porém, poderemos dominá-las e pô-las ao serviço da nossa economia como activos elementos do progresso.

Só então poderíamos acalentar o sonho de desenvolver possibilidades industriais que o ar que nos envolve e o mar que banha as nossas costas favorecem, por meio de unidades accionadas pela energia eólica captada e tornada apta a fornecer-nos muitos milhares de kw. hora.

Na Rússia, em Balachava, existe já uma central eléctrica de 1600 kw. e tanto naquele país como em França e nos Estados Unidos vai tomando espantoso incremento o aproveitamento da energia eólica como aumento do potencial de força posto ao serviço das respectivas economias.

Pois bem: o mesmíssimo cientista cabo-verdiano a que atrás se faz referência está familiarizado com este aliciante problema e possui esquemas de dispositivos que, partiudo da energia fornecida pelos ventos, torna acessíveis possibilidades até então nunca sonhadas.

Porque não aproveitar, sem delongas, o concurso deste nosso prestimoso conterrâneo?

* * *

Impõe-se, como premente necessidade, disciplinar as forças — chamemos-lhe assim — que agem no comércio de importação e exportação. Entre nós, em C. Verde, qualquer indivíduo sem qualquer preparação e sem mesmo dispôr dos necessários meios monetários pode agrupar-se *ad suum libitum* nas fileiras dos comerciantes importadores e exportadores, circunstância que se reflecte sobre o bom nome da praça e já tem dado e poderá dar ainda, com maior amplitude, lugar a sérias perturbações na economia geral dos nossos pequenos mercados.

São o reflexo do uso imoderado do crédito posto ao serviço de uma economia precária e titubeante, o qual já tem produzido, não raras vezes, sérias perturbações que, por seu turno geraram desequilíbrios e descalabros. Além de prejudicarem o crédito da praça, dão lugar a derrocadas como as que já que se registaram, alguns anos atrás, principalmente nas ilhas de Santiago, Fogo, Brava e S. Nicolau.

Arrazaram-se unidades comerciais, umas grandes e com longa tradição e outras débéis, venderam-se em almoeda e ao desbarato propriedades urbanas e rústicas, afectando gravemente o valor do património insular.

Não se imporá o dever de tomar medidas concernentes a evitar que o mal se alastre?

Lemos no boletim económico trimestral do Banco Nacional Ultramarino relativo a 31 de Março do corrente ano, o seguinte que se refere à opulenta provincia de S. Tomé e Príncipe:

«Não obstante a prosperidade da agricultura, acentua-se o mau estar comercial a que se aludiu no ano findo e que, agora, se estende já ao comércio por grosso, embora, como é compreensível, seja o retalhista que vem sentindo mais os seus efeitos. As dificuldades do comércio retalhista provêm do facto de terem feito fornecimentos exagerados, contando com um movimento de vendas que o poder de compra do nativo não suporta».

Muitas são as lições a tirar deste sóbrio comentário.

Referindo-se à gigante provincia de Moçambique, aquele boletim do prestigioso estabelecimento bancário continua:

«A situação comercial de Moçambique não melhorou em relação ao ano findo. Ao Sul do Save, particularmente em Lourenço Marques, há demasiados estabelecimentos comerciais para o poder de compra do consumidor.

Daqui resulta uma concorrência entre os retalhistas que se traduz por uma demasiada concessão de facilidades de crédito ao consumidor que, pelo seu exagero, pode pôr em perigo a solidez do comércio da provincia».

Que ponha os olhos nestas palavras e as medite o comércio de C. Verde onde está acontecendo o mesmo com relação à expansão artificial que o comércio retalhista vai atingindo, num meio onde o poder de compra do consumidor é pouco mais de zero.

Como o comércio por grosso também ali se multiplicou em número superior à capacidade do mercado e, ainda por cima, sofre a concorrência dos viajantes dos exportadores da Metrópole, chegou-se à situação paradoxal de a ânsia de vender, que absorve a acção geral, obliterar a preocupação de receber. «Quem não arrisca não petisca» — não pode de modo algum ser o lema orientador de um comércio consciente, como elemento que é posto ao serviço da economia de uma região, que o mesmo é que dizer da Nação.

Com respeito ao comércio exportador, apesar de ser bem tataranho ainda, como atrás se diz, a situação não é nem mais brilhante nem mais prestigiosa. Pelo contrário. A forma atrabiliária como se está praticando, entre nós o comércio externo, não abona os nossos processos, prejudica o mercado desacreditando os seus produtos e é anti-económica.

Urge que o tamis do bom senso trate e separe o trigo do joio.

A purgueira e o ricino, nossos principais produtos de exportação, apresentam-se muitas vezes cheios de impurezas destinadas a ludibriar o comprador: à mistura com os artigos pedras, cisco, terra, restos vegetais etc., chegando a atingir a percentagem de 7,8 % sobre a qual incidem as despesas de frete e outras.

Numa remessa de 100 toneladas, 8 representadas por aquelas imundicies, suportam as despesas de frete e as de exportação cifradas em alguns milhares de escudos.

O comprador em Lisboa não se deixa ludibriar, pois só paga a remessa depois de a submeter a análise e portanto de excluir as impurezas e as despesas a que tal trabalho dá lugar.

A mercadoria assim tratada desvaloriza-se e desacredita a origem donde partiu.

A mostarda foi em tempos um produto que se vendia, com muita facilidade, no mercado metropolitano. A páginas tantas

passaram a adulterá-la adicionando-lhe elementos parecidas e desvaliosas. Descoberto o logro, o produto perdeu o mercado.

Os feijões vários que têm sido vendidos ultimamente na Metrópole, não tardarão a perder também a cotação, porque se apresentam de forma nada atraente. A favona, para citar um exemplo, numa mesma partida apresenta grãos de cores várias, uns grandes outros pequenos, à mistura com a produção do ano anterior que já andou pelos depósitos e, portanto, com bagos já endurecidos e de difícil cozedura.

Ouvimos, envergonhado, um exportador de Lisboa, competente na matéria, jugá-lo de maneira pouco lisongeira.

Ora a verdade é que se queremos conquistar um lugarzinho ao sol, devemos organizar-nos como unidades económicas sérias e conscientes. Senão, não.

Não seria oportuno e conveniente a Saga, nosso organismo de coordenação económica que deve ser, estudar com a colaboração efectiva das Associações Comerciais da provincia e pôr em acção um estatuto dos importadores e exportadores, para honra e prestígio das nossas instituições? Cá fica o alvitre posto à consideração do seu dinâmico e inteligente director, Joaquim Ribeiro.

Apresentando uma tal sugestão não nos sentimos no ar, como poderão corroborar todos quantos estiverem familiarizados com a leitura de modernos tratadistas de finanças.

Quiséramos ainda acrescentar a estas nó-tulas uns apontamentos sobre o factor demográfico e a emigração, os transportes e as comunicações, a agricultura e o problema agrário, nossos rendimentos e possibilidades financeiras.

Convimos, porém, em que estas já se alongaram demasiado, tanto para o âmbito desta revista como para a paciência da maioria dos leitores recaindo sobre artigos no estilo «digest».

Basta, pois. Se valer a pena e houver oportunidade, um dia voltaremos a eles.

Lisboa, Outubro 1954.